

Estudos Participativos sobre a Sustentabilidade da Cidade do Rio de Janeiro

Dimensão Urbana Ordenamento Territorial

Rio de Janeiro, 01 de março de 2010



Ordenamento Territorial - Breve panorama histórico

- Os impactos decorrentes da velocidade do processo de urbanização e a falta de planejamento, aliados à implementação de políticas urbanas pontuais, sem diálogo entre si, geraram a crise crônica do poder público e suas dificuldades em garantir o efetivo acesso ao saneamento, habitação, transporte, segurança, educação e saúde, ampliando a pobreza urbana e proliferando assentamentos em situação irregular.
- A elitização dos investimentos habitacionais, por sua vez, colabora para agravar o problema, distanciando a população de baixa renda daqueles programas que a esta deveriam beneficiar.



Ordenamento Territorial - Breve panorama histórico

- Na definição da nova agenda estratégica municipal o ordenamento territorial urbano, e seus desdobramentos regionais, ocupam papéis de destaque na concepção estratégica e sustentável do desenvolvimento, no planejamento da logística que o apóia e no reconhecimento da inter-complementaridade dos vários investimentos setoriais públicos e privados.



O que é Ordenamento Territorial?

- O ordenamento territorial é aqui entendido como um conjunto de diretrizes setoriais, de várias naturezas, cuja esperada repercussão harmonizadora, fundamentado na equidade social, apóia-se nos pressupostos da convergência espacial e da inter-complementaridade funcional.
- Tem rebatimentos espaciais que impactam os usos do solo e os padrões de ocupação, de produção e de consumo dos espaços e dos serviços que a cidade oferece.
- Esses impactos são positivos quando apoiados em um modelo espacial de referencia que atenda aos princípios redistributivos e integradores da sustentabilidade urbana e ambiental.
- Sustentabilidade é aqui aplicada em cinco dimensões: social, econômica, institucional, ambiental (da natureza) e cultural, esta abrangendo as noções de patrimônio construído, imagem e identidade associados.



O que faz?

- A bordagem multisetorial que o tema exige e que foi aqui palicada se reflete em um conjunto de estratégias que se relacionam entre si
- Destacam a relação entre a morfologia urbana, as forças de configuração que modelam os espaços da cidade, atraindo e repelindo usuários, negócios e significados, e o papel do Poder Público no ordenamento do território.
- Apontam, também, para a relação entre o desenho urbano compreendendo as praças, os lotes e quarteirões, as ruas, interagindo com as mencionadas forças centripetas de configuração, entendidas como as forças de atração, polarização e agregação que aquelas funcionalidades exercem nos referidos contextos.
- O papel do espaço público como sinalizador da presença do poder público e articulador de centralidades, a partir da conjugação 'morfologia-centro de atração-interação', realçou a necessidade de adotar uma outra abordagem que agregasse à visão pontual de projetos, estratégicos para a requalificação urbana, uma perspectiva mais abrangente de ordenação do território associando transporte e uso do solo, respeitando a diversidade de contextos morfológicos que caracterizam a cidade do Rio de Janeiro.

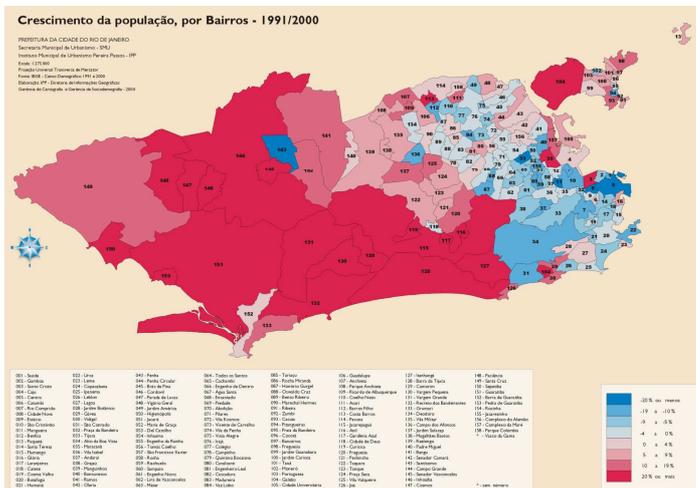


Como faz?

- Trata da cidade e do papel do poder público de ordena-la, planejando, adequando e regulando o parcelamento do solo, os seus usos e padrões de ocupação, suas relações de articulação internas e com as demais áreas com as quais se relaciona dentro e fora do Estado do Rio de Janeiro.
- Pretende-se: a valorização urbana e -ambiental, nos seus vários conteúdos funcionais (econômicos e sociais), morfológicos (físicos e territoriais), simbólicos (culturais) e institucionais (normativos e organizacionais) associados.



Divisões Territoriais



Sugerido: divisão territorial

- A multiplicidade das áreas de planejamento, diferente por cada setor de investimento público dificulta a gestão sustentável dos recursos aplicados.
- A coerência territorial decorre do esforço de compatibilização de propósitos e convergência física e espacial do investimento público nas várias áreas de planejamento da cidade ampliando a capilaridade e otimizando o recurso aplicado.
- **Público Alvo:**
- Poder Público e Sociedade: lideranças políticas dos diversos municípios da RMRJ; Organizações da sociedade civil; agências municipais setoriais; investidores; organizações de classe; órgãos públicos de apoio.
- **Benefícios:**
- Reordenamento territorial; qualificação da ambiência urbana; melhoria da qualidade de vida; Reformulação conceitual da cidade desejada.



A Cidade Policêntrica



Sugestão: novas centralidades

- A dimensão espacial policêntrica da cidade contempla alguns bairros muito mais do que outros e nem sempre adequadamente conectados entre si, tampouco com os demais bairros da cidade.
- A integração da cidade demanda a indução e valorização dos núcleos (subcentralidades de variadas hierarquias) dos demais bairros da cidade mediante a ampliação da rede de centros de bairros, reconhecidos como sub-centralidades da cidade.
- A distribuição territorial desses equipamentos segue distintos critérios setoriais nem sempre sintonizados entre si. Não convergindo no espaço não contribuem para a formação de centros tampouco de bairros. Sub-centralidades reconhecidas na cidade exigem áreas compatíveis com a pretendida centralidade e infra-estrutura física territorial adequado.
- **Benefícios:**
- Cidadania, identidade valorizada, possibilidade de articulação entre centros, valorização da cidade como um todo, em sua diversidade, fruto do olhar policêntrico e diminuindo a pressão sobre algumas áreas da cidade. Retirar o vício e o preconceito da legislação do rio.



Transporte e Uso do Solo



Sugestão: transporte e usos dos solos

- A integração das centralidades de bairros existentes, reconhecidas e latentes, exige a expansão da rede viária mediante a promoção de diversidade de usos do solo e, por conseguinte, das demandas de transporte público para o equilíbrio econômico e financeiro do sistema.
- “Exige a complementação da estrutura viária, que deve ser adequadamente projetada para o volume de tráfego esperado, considerando o sistema de transporte público desejado”;
- **Benefícios:**
- Aumentar a acessibilidade aos serviços urbanos e reduzir a dependência do carro particular, o custo de utilização, os congestionamentos, a poluição e o desperdício de energia.
- Equidade de acesso à cidade, em sua diversidade; redução do tempo e do custo de deslocamento; indução e criação de novas centralidades; consideração do tempo como um fator prioritário, não mais a distância. Redução das emissões de poluentes; economia e melhor acesso a empregos; redução de custos da mão de obra, melhoria da qualidade de vida; otimização do uso do solo.



Estratégia de Regulação Urbanística



Sugerido: regulação compreensível

- Como elaborar um Plano Diretor Participativo que seja compreensível para a população e que tenha uma “cara”, uma imagem associada desejável, mais harmônica em termos urbanísticos considerada a diversidade morfológica e ambiental da cidade?
- A harmonia das formas urbanas está relacionada com a adoção de taxas e índices de ocupação compatíveis com a diversidade morfológica e ambiental da cidade.
- O Plano Diretor exige, para a sua materialização e sucesso, responsabilidades institucionais claramente definidas para cada etapa da sua implementação, incluindo monitoramento, avaliação e adequação. As suas múltiplas dimensões setoriais e inter-complementaridades também demandam ferramentas de gestão compatíveis.
- Quando a comunidade assume o Plano Diretor, além de atender às suas diretrizes, constitui-se fiscal do Plano, “assumindo” a cidade e o seu papel de cidadãos.



Promoção da Moradia Digna



Sugerido: regulação compreensível

- Os investimentos habitacionais promovidos pelos governos estadual e federal frequentemente desconsideram as diretrizes e prioridades municipais sendo concedidos sem vincular uma estratégia territorial.
- Os assentamentos habitacionais localizados em áreas de risco são, freqüentemente, relacionados à ocorrência de desastres ambientais.
- A pulverização dos investimentos público e privado na produção da habitação, distante, dispersa e com dimensionamento inadequado, contribui, da mesma maneira, para aquelas ocorrências e para a sua desarticulação com a cidade.
- Integrar os empreendimentos habitacionais à estrutura urbana existente e proposta da cidade.
- Políticas que envolvam a diversidade de agentes produtores da cidade e que incorporem as oportunidades empresariais e de promoção econômica aos interesses do desenvolvimento urbano, tendo em vista a construção ou fortalecimento de um ambiente urbano diversificado, com uma hierarquia de centros com diferentes capacidades e escalas, priorizando seus elos de ligação através de transporte público entre moradia e emprego, áreas comerciais e de lazer



O que podemos evitar...

Fonte: desciclo.pedia.ws

